

## Unidade e resistência da classe trabalhadora é urgente

*A assembleia realizada no dia 11 de abril pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de São José (Sintram/SJ), contou com a participação expressiva de aproximadamente 800 servidores. Isso demonstra que a categoria está unida em defesa de seus interesses.*

*Inicialmente foi apresentado um panorama geral das demandas dos trabalhadores e como isso tem sido tratado pelo Executivo e pelo Legislativo josefense.*



Cerca de 800 servidores participaram da assembleia.

### A luta como principal instrumento

Os trabalhadores, em especial os servidores municipais de São José, precisam estar atentos ao movimento voraz que está em curso visando a retirada de direitos.

O Sintram/SJ mantém uma posição combativa frente às iniciativas do Executivo josefense que possam afetar negativamente a vida do servidor público. Uma luta incansável em defesa de toda a categoria, que deposita na entidade a confiança de representar os trabalhadores e trabalhadoras de maneira responsável, lutando sempre pela coletividade.

Entretanto, para alcançar resultados expressivos, não basta haver um sindicato forte e determinado em suas ações. A luta necessita fundamentalmente da participação de todos. É com a categoria unida que as chances de conquistas aumentam. Afinal, tudo aquilo que já foi alcançado resultou de greves, mobilizações, manifestações e campanhas salariais. Nada até então foi fruto tão somente da boa vontade de governantes.

Conquistas não significam apenas ajustes salariais. Conquistas, na atual conjuntura, também significa barrar a

degradação das condições de trabalho, que tem como via principal a retirada de direitos e a consequente desvalorização do trabalhador. Estar ciente disso faz saber o quanto é urgente a construção da unidade e da resistência da classe trabalhadora.

### Trabalhadores merecem respeito

Desde fevereiro estão sendo debatidas as propostas da data base de 2018 dos servidores. As demandas foram discutidas em assembleia e encaminhadas ao Executivo. A última movimentação do governo foi uma resposta vazia, enviada num e-mail superficial e inócuo. Não houve posicionamento formal, o diálogo não foi aberto, e a impressão é de que a Administração de São José não tem interesse em dispensar a devida atenção para aqueles que formam o capital mais valioso do serviço público: os trabalhadores e trabalhadoras.

### Saúde: um problema que se arrasta

Outra situação preocupante é a precarização do atendimento em saúde. Em outubro do ano passado, a Câmara de Vereadores aprovou o Projeto de Lei que autorizou a gestão do SUS no município

por meio de uma Organização Social de Saúde (OSS), entidade que é ligada ao setor privado. O primeiro passo foi conceder a administração do Pronto Atendimento que funciona no mesmo prédio da Policlínica de Forquilha.

Passados poucos meses, problemas graves já começam a surgir. A demanda não tem sido atendida de maneira satisfatória e os reflexos incidem diretamente nas unidades básicas de saúde.

Paralelo a isso, a situação nos demais postos de saúde, nos bairros, também tem sido motivo de preocupação por parte do Sintram/SJ. Casos de agressões físicas e verbais estão se tornando frequentes nesses locais. Ao deixar de ser atendido, seja no fornecimento de uma medicação, na liberação de exames ou uma consulta médica, o paciente acaba voltando-se contra os trabalhadores, gerando situações de violência.

Servidores inseguros, unidades sem condições estruturais adequadas, falta de medicamentos, são fatores que destoam de discursos eleitorais recentes, quando a bandeira da Saúde sempre foi apresentada como prioridade.

A população josefense precisa estar 

ciente de que o problema não está representado no funcionário público. O que falta é o comprometimento do governo municipal em resolver de maneira satisfatória a demanda dos usuários. Ao servidor, neste caso, cabe alertar a comunidade sobre a precarização da saúde pública no município.

### Reflexos da PEC da morte

A precariedade da Saúde em São José infelizmente não é um caso isolado. E o que é pior: o futuro não aponta para um cenário positivo. Isso porque a Emenda Constitucional 95, a chamada PEC da morte, aprovada em 2016, congelou os investimentos públicos em

saúde e educação por duas décadas.

A situação tende a se agravar nos próximos anos, impactando diretamente nos municípios. Estudos apontam que os gastos mais importantes para a prestação de serviços públicos em saúde e educação foram reduzidos drasticamente. As ações de assistência farmacêutica, por exemplo, sofreram corte real de 18,7%, enquanto a atenção básica em saúde perdeu 7,7% em 2017. As consequências serão desastrosas para os brasileiros, principalmente os mais pobres.

### Até quando?

A pergunta é: quanto tempo a prefei-

ta Adeliana Dal Pont vai continuar ludibriando os servidores do magistério, que lutam desde 2014 por mudanças no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração? Em 2017, na última greve da categoria, a prefeita se comprometeu a enviar os projetos à Câmara de Vereadores. Este era um dos pontos do acordo para o fim da paralisação.

Durante todo esse tempo, a prefeita Adeliana tem feito manobras para adiar a tramitação da matéria, descumprindo até mesmo acordos firmados perante a Justiça, desrespeitando os servidores e o Poder Judiciário.

**Prefeita Adeliana, cumpra sua parte.**

## Educação popular é símbolo de resistência

Com a publicação de um Decreto Executivo e de uma Portaria, em abril de 2017, o governo federal desconstruiu o calendário da **Conferência Nacional de Educação (Conae 2018)**, e desfigurou o **Fórum Nacional de Educação (FNE)**. A partir daí inúmeras entidades, preocupadas com a defesa e promoção do direito à educação pública, decidiram se retirar coletivamente do **FNE**.

Neste ano estava prevista a realização de mais uma edição da Conae. Entretanto, com o desmonte do FNE e a consequente descaracterização da Conae 2018 como um espaço democrático de debate, as entidades que haviam se retirado decidiram promover a **Conferência Nacional Popular de Educação**, que foi chamada de **Conape 2018**.

Com a incorporação do termo 'Popular', será dada continuidade às ini-

ciativas anteriores, tendo como meta garantir o aperfeiçoamento do Plano Nacional de Educação (PNE), a implantação de um Sistema Nacional de Educação que possibilite o fortalecimento da educação pública e a regulamentação do ensino privado.

A **Conape 2018**, acontece nos dias 24, 25 e 26 de maio em Belo Horizonte (MG), e é uma convocação à retomada da democracia no país e uma reafirmação do compromisso com uma educação transformadora.

### Sintram na etapa estadual

Representantes do Sintram/SJ participaram da etapa estadual da **Conape 2018**, que ocorreu em Florianópolis.

Uma das principais definições da etapa Santa Catarina é a necessidade de mobilizar os catarinenses para monitorar o cumprimento do Plano Nacional de Educação, o corpo da lei, suas me-

tas e estratégias, além de propor políticas e ações que indiquem responsabilidades e atribuições entre os entes federativos e os sistemas de educação.

No evento foi aprovado o regimento da **Conape/SC**, com discussão e aprovação das emendas ao documento das Conapes regionais. Ao final foi feita a eleição dos delegados que participarão da etapa nacional, em Belo Horizonte.

Também foi elaborada uma Carta-Manifesto apresentando o compromisso de todos em lutar pelos objetivos apontados pela **Conape**. O documento contextualiza a base de pensamento e o caminho percorrido até a realização da Conferência, apontando 13 eixos de luta em favor da Educação.

O material completo da Carta-Manifesto pode ser acessado na página do Sintram/SJ, no endereço [www.sintramsj-cut.com.br](http://www.sintramsj-cut.com.br)

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL PARA DISCUSSÃO DA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA DATA BASE - MAIO DE 2018

O Presidente do Sintram/SJ convoca os servidores públicos municipais de São José para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária

**9 de maio de 2018 (quarta-feira)**

**13h (1ª chamada) e 13h30 (2ª chamada)**

Local: **Clube 1º de Junho**

**Rua Getúlio Vargas, 362, Praia Comprida, São José**

#### PAUTA

1. Informes e Análise de conjuntura;
2. Avaliação da proposta do Executivo para a pauta de Reivindicações da Data Base 2018;
3. Encaminhamentos;

## São José precisa de mais fiscalização

É urgente a necessidade de nomeação de novos agentes de fiscalização de tributos. A demanda está prevista, inclusive, na data base deste ano. O concurso já foi realizado e os aprovados aguardam os procedimentos legais por parte da Prefeitura. Porém, um alerta: o concurso vence em agosto deste ano.

Com medidas de fiscalização mais efetivas, consequentemente aumentará a arrecadação do município. São mais recursos que poderão ser investidos em áreas prioritárias, como saúde e educação. Os benefícios serão para toda a população josefense.